Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXI - N° 10 - 15 de abril de 2019



SANTA MARIA DA VITÓRIA PÁGINA 3

**JUSTIÇA CONCEDE LIMINAR** E SUSPENDE PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO EM PRADO **PÁGINA 5** 

**NO FINAL DESTE MÊS PÁGINA 4** 

**DIEESE PEDE PARA SOCIEDADE** ACORDAR CONTRA PERVERSIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA **PÁGINA 2** 





Durante a 15ª Jornada Nacional de Debates, que o Dieese realizou na Bahia em nosso auditório, na última quinta (11), a economista Ana Georgina foi enfática ao dizer que a reforma da previdência proposta pelo governo Bolsonaro representará o fim do sonho da aposentadoria para milhões de trabalhadores (as) que já estão no mercado de trabalho e, sobretudo, para aqueles que buscam o primeiro emprego. Segundo ela, a proposta tem muitas outras perversidades para as quais, "infelizmente, grande parte da sociedade ainda não percebeu", pois vários direitos sociais serão destruídos.

A reforma da previdência faz parte de um projeto mais amplo e que é ditado pelos grandes empresários do mercado financeiro do Brasil e exterior. Desse projeto amplo consta a PEC dos Gastos (dezembro de 2016), que estancou os investimentos em saúde e educação, a Lei da Terceirização (março de 2017) e a reforma trabalhista (julho de 2017). Falta uma: "A reforma da previdência é uma complementação do desmonte do estado brasileiro e da constituição cidadã de 1988", diz ela.

As mudanças profundas na previdência social, acabando com várias conquistas, são as cerejas que faltam no bolo dos grandes empresários e banqueiros, dentre eles o ministro da Economia, Paulo Guedes, dono de banco. Um bolo que é repartido também com donos dos grandes meios de comunicação, que nunca alertam a sociedade para a perversidade da proposta – uma vez que também é do interesse deles.

Georgina destacou que, após a saída de Dilma Rousseff da presidência, o Brasil deu uma guinada política profunda e iniciou esse ciclo de reformas com o golpista Michel Temer. O governo prometeu um estado moderno e gerador de riquezas e empregos, mas, lembra ela, "fracassou em tudo. Temos hoje um desemprego altíssimo e uma informalidade crescente".

A mentira segue esse mesmo caminho com a reforma da previdência. O governo

promete combater privilégios e fraudes, mas altera o mínimo na previdência dos militares, da classe política e dos magistrados, por exemplo. Em nenhum momento cita como atacar grandes fraudadores e devedores da previdência social — os grandes empresários que rondam os poderosos. A conta (alta) recai nas costas de trabalhadores (as) do sistema privado e servidores públicos. "A proposta tira a responsabilidade do estado para garantir o lucro do sistema financeiro", resume Georgina.

A maior de todas as perversidades contidas na proposta é a mudança no regime previdenciário previsto na constituição de 1988, que deixa de ser solidário (os que trabalham hoje sustentam os que trabalharam ontem e se aposentaram) para se tornar de capitalização, individual e extremamente arriscado. É que, na capitalização, existirá apenas o recolhimento da contribuição do (da) trabalhador (a), ficando excluída a do patrão e do governo. "Sozinho você não consegue chegar na ponta, na aposentadoria, e ter algo digno para sobreviver", diz a economista. O resultado disso será a drástica diminuição do valor dos benefícios para os futuros aposentados por este regime.

O melhor exemplo desse modelo de capitalização é o implantado no Chile, onde atualmente a maioria dos aposentados recebe menos que um salário mínimo e, entre eles, é alto o índice de suicídio pelas péssimas condições de vida decorrentes de uma aposentadoria que não consegue garantir um mínimo de dignidade na velhice.

O regime de privatização da previdência, que deixa de ser social e passa a ser individual, só irá beneficiar os banqueiros, pois irá empurrar o dinheiro dos trabalhadores, que hoje está sob a guarda do governo através do INSS, para contas individuais administradas por bancos privados. Esse é o maior interesse do mercado financeiro por essa reforma da previdência e, para isso, eles precisam retirar a Previdência Social da constituição federal de 1988, de modo que facilite fazer alterações ainda mais perversas no futuro.

Além do aumento da idade mínima para ter se aposentar, para 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres, a proposta de reforma tem vários mecanismos de diminuição do valor dos benefícios. Entre eles, a regra a estabelece o mínimo de 20 anos de contribuição para a pessoa se aposentar com 60% do benefício. A partir daí, aumenta 2% para cada ano de contribuição após estes 20 anos. Ou seja, um trabalhador que chega aos 65 anos com apenas 20 anos de contribuição só poderia receber 100% do benefício aos 95 anos se não tiver se aposentado antes, lembrando que os períodos de desemprego, auxílio doença, licença maternidade ou outras situações de afastamento do trabalhador do mercado de trabalho deixarão de contar para este cálculo.

ANA GEORGINA

Além disso, o cálculo desse benefício será sobre todos os salários que o trabalhador teve na vida e não mais sobre os 80% mais altos como é hoje, o que implica um uma redução da média salarial para o cálculo da aposentadoria. Em resumo, todos terão que trabalhar mais e ganharão bem menos, não havendo também previsão de correção dos benefícios por qualquer índice de inflação, o que também tende a reduzir os benefícios daqueles que hoje já estão aposentados, podendo inclusive gerar benefícios com valores abaixo do salário mínimo no futuro.

### Primeira negociação com a Embasa não tem avanços e sindicato faz várias cobranças

A primeira reunião de negociação do acordo coletivo com a Embasa, ocorrida na última quinta (11) na diretoria de gestão corporativa (DG), com a presença do diretor Gervásio Prazeres, terminou sem nenhum avanço, já que a empresa diz ainda estar analisando a pauta de reivindicações e não tinha nenhuma posição. O sindicato deixou claro na mesa que pretende discutir todas as cláusulas, que não vai aceitar retrocesso nas garantias históricas já conquistadas e consolidadas nos acordo coletivo, que buscará a reposição integral das perdas salariais do período e ainda que vai lutar pelo ganho real, tanto nos salários quanto nos demais benefícios.

As negociações deste ano se darão apenas nas cláusulas econômicas, pois as demais têm vigência até 2020. A empresa já abriu tarde a fase de negociação, o que exigirá mais esforço da categoria que precisa ficar atenta a todos os movimentos. Independente disso, o Sindicato tem feito reuniões com trabalhadores (as) nos parques, alertando sobre a campanha salarial e também para as movimentações do governo visando privatizar a água, seja através de novas parcerias público-privadas, seja pela abertura do capital da empresa.

COBRANÇAS - O sindicato aproveitou a reunião e cobrou a abertura da janela de inscrições para o Prêmio Aposentadoria, que está prevista no Acordo Coletivo para acontecer em 2019. A empresa confirmou que as novas inscrições devem estar abertas no início do mês de maio.

Com relação ao concurso público, a empresa informou que já está aprovado pelo conselho de administração da Embasa e aguarda apenas a autorização do governador Rui Costa para publicar o edital. O sindicato lembrou que o concurso está previsto em acordo firmado pela empresa



com o MPT e homologado em ação judicial na qual a Embasa foi condenada por praticar terceirização ilegal.

O sindicato cobrou ainda os resultados da pesquisa salarial que está prevista no acordo coletivo, ao que a Embasa respondeu que foi escolhida, em recente licitação, a empresa que vai realizar a pesquisa, mas que não foi ainda iniciada a coleta dos dados.

A Embasa informou ainda que o seu balanço financeiro deve ser publicado até o final desta semana, após aprovação do Conselho de Administração, em reunião prevista para esta segunda-feira (15). Após a publicação do balanço, como determina a lei, a empresa já pode realizar o pagamento do PPR, pois já estarão apurados os resultados das metas e a condição financeira para determinação do montante a ser distribuído a título de participação nos resultados de 2018.

#### **Greve é suspensa** em Pilão Arcado. Gestor encaminhará reaiuste

Numa assembleia realizada na última sexta (12), trabalhadores (as) do Saae de Pilão Arcado suspenderam a greve de 48 horas que seria realizada dias 22 e 23 próximos. É que o gestor, Wagner Santana, aceitou encaminhar para a Câmara de Vereadores a proposta de reajuste salarial de 9,79% para cobrir perdas salariais da categoria nos últimos anos. Também ficou de encaminhar uma solução sobre os salários de fevereiro e março, além das férias e das gratificações da categoria.

### Saae de Santa Maria da Vitória é o terceiro a fechar acordo este ano

Depois do anúncio do fechamento dos acordos coletivos com os Saae's de Casa Nova e Sento Sé, semana passada, mais uma autarquia seguiu esse caminho. Agora foi a vez do Saae de Santa Maria da Vitória, que garantiu reajuste salarial de 8%, incluindo a reposição de perdas, aumento de R\$ 100,00 no custeio mensal do tíquete alimentação, auxílio transporte de 15% e redução de 30% para 15% na participação do (da) trabalhador (a) para o plano de saúde.

O acordo negociado pelo Sindicato foi aprovado pela categoria e segue para a Câmara de Vereadores, seguindo o roteiro dos acordos com outras duas autarquias. Em Casa Nova, o reajuste salarial aprovado foi de 4,5% a partir de maio, mais 1,5% a título de promoção por antiguidade, em julho. Em Sento Sé, ficou acertado um reajuste salarial de 5% a partir de maio, com manutenção do restante do acordo anterior.

Libertei mil escravos. Podia ter libertado outros mil se eles soubessem que eram escravos.

**Harriet Tubman** 

# Cerb confirma PPD para o final do mês e fecha mais 27 cláusulas do acordo

Durante as negociações da campanha salarial, semana passada, a direção da Cerb confirmou o pagamento no final deste mês do benefício correspondente ao Prêmio por Desempenho (PPD), que está na Cláusula 17ª do acordo em vigor. Ele ficará em 1,23% do salário de dezembro de 2018, após análise dos indicadores de desempenho da empresa no ano passado.

O pagamento antecipado do PPD é fruto do esforço de toda a categoria que vem se empenhando ao máximo, garantindo qualidade e eficiência aos trabalhos da empresa, cujo papel social merece destaque por fazer saneamento rural e ser a única a atuar nesse setor na Bahia. O Sindicato tem procurado mostrar aos gestores a importância desse trabalho e a competência

dos (das) empregados (as), os quais fazem merecedores do benefício do PPD, até para amenizar o sufoco causado pela falta de reajuste salarial que perdura há anos.

#### MAIS 27 CLAUSULAS FECHA-

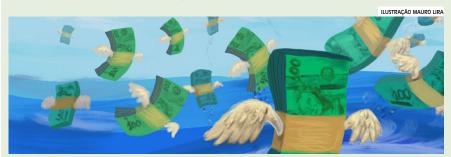
DAS – Na última rodada de negociação com a Cerb, realizada na quarta (10), mais 27 cláusulas do acordo coletivo deste ano foram fechadas, todas sem impacto financeiro direto e conforme o acordo em vigor. Agora já temos um total de 33 já resolvidas (foram seis cláusulas fechadas na primeira reunião). O próximo encontro está marcado a próxima quarta (17), quando já esperamos que a empresa tenha uma definição do governo estadual sobre as negociações das cláusulas econômicas, que sempre foram fontes geradas de conflitos.

Vale registrar a seguir as cláusulas fechadas na semana passada: diárias, danos em equipamentos, fardamento, amamentação/viagens, recuperação de dependentes químicos, proteção coletiva, informações de risco, PPP, serviço social em Feira de Santana, programa habitacional, igualdade de oportunidades, assédio sexual, investigação de acidentes, acidente de trabalho/ doença profissional/readaptação, detecção precoce do câncer, saúde bucal, condições sanitárias, PPRA, instalações elétricas/ riscos de acidente, controle de exposição ao ruído, licença paternidade, programa de ergonomia, contribuição assistencial, pagamento calendário, controle de serviços de terceiros, multa e vigência do acordo.

#### CONTRIBUIÇÃO SINDICAL -

A Cerb deixou de recolher em fevereiro e março, em favor do Sindicato, a contribuição mensal sindical de parte dos (das) empregados (as). Questionada se estava a seguir orientação do governo Bolsonaro, argumentou que foi um erro operacional e que a contribuição será descontada de todos (as) na folha deste mês e, no mês que vem, será descontada a parcela de quem não sofreu o desconto em março.

### Privatização da água em Itabuna pode resultar em 44% de aumento na tarifa



Responsável por tomar da Embasa a gestão do serviço e colocar sob o comando do município o saneamento, daí ter criado a Emasa, o prefeito Fernando Gomes vem insistindo para criar um outro caminho, desta vez a privatização. Se tiver êxito, vai comemorar sozinho, pois o resultado será danoso para a população, que terá de arcar com uma alta de tarifa como nunca Itabuna experimentou.

De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pelo prefeito, logo no primeiro ano da privatização deveria ocorrer um aumento de 44% nas tarifas de abastecimento para dar fôlego à empresa privada investir em obras na cidade. Ninguém sabe a partir de quais bases surgiu essa indicação, assim como a necessidade de investir R\$ 350 milhões em água e esgoto no decorrer de 35 anos.

Os questionamentos desses números se dão não apenas por serem elevados, incluindo o aumento de tarifa, mas também pelo fato do estudo da FGV ter se baseado no Plano Municipal de Saneamento, feito em 2015, portanto defasado. Atual mesmo é o preço cobrado pela Fundação para fa-

zer o estudo, em torno de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil) pagos pela Prefeitura e os R\$ 800.000,00 (oitocentos mil) restantes devendo ser pagos pela empresa que vier a assumir o serviço — o que por si só já é uma grave irregularidade.

Outro detalhe importante é que o estudo não indica como seria pago o enorme passivo da Emasa, uma dívida que hoje gira em torno de R\$ 100 milhões. Da mesma forma, não há previsão de como seria paga a indenização à Embasa, que é dona de equipamentos e das redes implantadas no município, sendo este um passivo que é objeto de uma ação judicial da empresa contra a prefeitura de Itabuna.

Fato é que a sociedade precisa se mobilizar para barrar mais uma tentativa de privatização da água em Itabuna. O Sindicato tem discutido com vereadores e na semana passada discutiu o assunto com Enderson Guinho, que é presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. Além disso, vamos reativar o Comitê em Defesa do Saneamento e ir para os bairros mobilizar a população.

# Emasa melhora um pouco a proposta para reajuste salarial na segunda rodada de negociação

Pressionada pela categoria, que reclama dos baixos salários, a direção da Emasa (Itabuna) avançou na sua proposta para o acordo coletivo durante a segunda rodada de negociação, realizada na semana passada. Se antes oferecia um piso salarial de R\$ 1.135,00 e reposição de apenas 50% do INPC para quem ganha acima do piso, agora mudou a proposta para R\$ 1.150,00 de piso salarial e 100% do INPC, acrescido 1,5% de ganho real, para quem ganha até R\$ 1.400,00. Para quem ganha acima R\$ 1.400,00 a empresa propõe a reposição de apenas 75% do INPC.

Ela manteve os mesmos percentuais para as cestas da Semana Santa e de Natal, mas subiu o auxílio filho especial de R\$ 100,00 para R\$ 124,00. Para o tíquete refeição, a empresa subiu sua proposta inicial de R\$ 693,70 para R\$ 710,32 nesta segunda rodada. As negociações ainda vão prosseguir, estando marcada uma nova reunião para o dia 22 deste mês.

# Tribunal de Justiça concede liminar e suspende privatização da água em Prado

Em novo embate contra a privatização da água, a Embasa conseguiu uma liminar no Tribunal de Justiça da Bahia suspendendo os efeitos da licitação feita pela Prefeitura Municipal de Prado e que concedeu a operação dos serviços para a Socienge, empresa privada. A liminar foi concedida na semana passada pelo desembargador Moacyr Montenegro Souto, que vislumbrou prejuízos à companhia estadual caso fosse mantida a vontade da prefeitura.

O processo de privatização da água está cheio de irregularidades e vem sendo denunciado pelo Sindicato há tempos, com o deslocamento de nossos diretores para participar de audiências públicas, fazer denúncias na imprensa e mobilizar a sociedade. Também alguns gestores e funcionários (as) da Embasa na região têm colaborado nesse processo. Em diversas ocasiões a população se colocou contra esse processo.

Ao conceder a liminar, o desembarga-

dor citou que havia um convênio de cooperação celebrado entre a Prefeitura e a Embasa em 2012, estando inclusive homologado por lei municipal, e pelo qual o município se comprometeu a celebrar contrato pelo prazo de 20 anos. Além disso, a licitação fere a Lei Complementar 47/2018, que criou a Microrregião do Saneamento Básico do Extremo Sul, pois tal processo deveria ser discutido e aprovado no âmbito dos integrantes desse colegiado.

#### REJEIÇÃO EM BELMONTE -

Outra vitória espetacular contra a investida privatizante na região aconteceu na semana passada em Belmonte, quando a Câmara de Vereadores rejeitou, por unanimidade, projeto de lei da Prefeitura que permitia a concessão de vários serviços, inclusive os de saneamento básico. Na mesma ocasião mais dois vereadores se colocaram contra a privatização da água. De 11 vereadores, agora já são oito contrários ao processo, inclusive o presidente da Câmara.

SINDICATO NA REGIAO – O Sindicato vem acompanhando atentamente as investidas privatizantes no Extremo

te as investidas privatizantes no Extremo Sul da Bahia. Ela se dá através de um grupo que tem amplo domínio político na região e que, mesmo controlando grande parte das riquezas regionais, ainda quer extrair mais dinheiro através do "negócio água".

Depois de ampla mobilização da sociedade, a Embasa conseguiu uma liminar no Tribunal de Contas dos Municípios e suspendeu a privatização em Caravelas. Em Santa Cruz Cabrália, estivemos lá mais uma vez na semana passada para conversar com vereadores. Temos feito campanha em rádio e através de carros de som. Contatos também foram feitos em Porto Seguro, onde participamos de todas as audiências públicas e em todas elas a população se manifestou contrária à privatização. A Embasa se comprometeu a apresentar, na Câmara, um plano de investimento para o município.

### Com alto risco de rompimento, barragem de mineração é interditada na Bahia. Outras serão fiscalizadas

O rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, no final de 2015, custou a vida de 19 pessoas e se constituiu no maior desastre ambiental do mundo em volume de rejeitos de minérios. Dois anos depois veio o de Brumadinho, também em Minas Gerais e que resultou numa calamidade humana, social e ambiental, com 225 mortos e mais de 80 desaparecidos (dados do final de semana). Só agora, após esses graves desastres, o governo se dispõe a fiscalizar as barragens pelo país. O perigo ronda todas elas.

Só assim a fiscalização chegou a Maiquinique, no Sudoeste baiano, e lá encontrou uma barragem de rejeitos de mineração de grafite com alto risco de rompimento. Prepostos da Agência Nacional de Mineração (ANM) classificaram a barragem N° I, da Grafite do Brasil, como "estrutura com risco iminente de rompimento". Como lá trabalham 150 pessoas, o lançamento dos rejeitos da mineração foi suspenso, o que acabou parando a atividade empresarial.

A interdição da barragem foi determinação de uma força tarefa que inclui agentes da ANM, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e da Superintendência Regional do Trabalho. Vai durar até a correção de falhas na estrutura do barramento, GRAFITE DO BRASIL/DIVULGAÇÃO

além da criação de uma rota de fuga para funcionários que trabalham abaixo da barragem e que não são poucos, pois respondem pelos setores administrativo, de oficina, almoxarifado e refeitório da mineradora de grafite. Vale salientar que ela já responde uma ação do Ministério Público do Trabalho por não pagamento de horas extras, falta de recolhimento de FGTS e contribuições previdenciárias, entre outros.

A mesma força tarefa que esteve em Maiquinique pretende visitar outras barragens de rejeitos minerais existentes na Bahia e espalhadas por Jacobina, Itagibá, Simões Filho, Guanambi, Maracás, Brumado, Barrocas, Santa Luz, Jaguarari, Andorinhas, Campo Formoso e Irecê. Serão analisados aspectos como volume de rejeito, altura do barramento, presença de produtos químicos e o Dano Potencial Associado (DPA), que mede o grau de perigo para a população, meio ambiente e trabalhadores que poderiam ser atingidos em caso de rompimento.

Mais vítimas em Brumadinho - A Defesa Civil de Minas Gerais informou, semana passada, que mais um corpo foi localizado em Brumadinho, subindo para 225 o número de mortes confirmadas na tragédia de 25 de janeiro deste ano, quando o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Vale devastou várias áreas do município mineiro. Ainda estão desaparecidas 68 pessoas.

SSindae Gotadágua ■5

### Depois de fechar fábrica em São Paulo, Ford pode demitir mais de 3 mil em Camaçari

Na busca por manter lucros elevados e compensar perdas em outros mercados mundiais, a Ford anunciou, semana passada, a abertura de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os (as) empregados (as) da montadora em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Embora a empresa não confirme, a imprensa tem especulado que o objetivo é o desligamento entre 500 a mil trabalhadores (as) pelo PDV até o final deste mês. Com sede nos Estados Unidos, a Ford é uma das maiores empresas do mundo, com fábricas em inúmeros países.

Recentemente a empresa havia anunciado o fechamento da sua fábrica em São Bernardo do Campo, São Paulo, resultado na perda de milhares de postos de tra-

balho direto e indireto. A justificativa da montadora para os desligamentos na unidade de Camaçari é "adequar o excedente da força de trabalho à atual demanda de mercado". Ela tem ali 4,8 mil funcionários (as), além de outros 3,4 mil entre fornecedores e parceiros.

Ela recebeu vários incentivos fiscais do governo baiano para instalar uma fábrica em Camaçari, onde são produzidos os veículos Ford Ka, nas versões hatch e sedan, e o EcoSport, atendendo tanto o mercado interno quanto o externo. De acordo com Júlio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, a montadora e os trabalhadores acertaram há duas semanas um acordo de estabilidade por um ano, salvo desligamentos através do PDV.

### Assédio moral pode se tornar crime no Brasil

Com um projeto de lei recém aprovado na Câmara dos Deputados, e que seguiu para o Senado, o assédio moral está próximo de se configurar no mais novo tipo de crime no Brasil. Para cometê-lo basta "ofender reiteradamente a dignidade de alguém, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício do emprego, cargo ou função", conforme está descrito nesse projeto de 2001 e que só foi apreciado agora.

Para esse tipo de crime está prevista uma pena de prisão de I a 2 anos, com aumento de um terço se a vítima for menor de idade. Juristas têm feito gestões junto ao Senado para que a configuração do crime seja estendida quando também praticado fora do ambiente de trabalho, mas em razão dele, do seu exercício (do trabalho), e que pode se dar através de telefonema, postagens nas redes sociais, zap, e-mail etc.

## Assassino de Moa do Katendê será levado a júri popular

Por decisão da judicial tomada na semana passada, o barbeiro Paulo Sérgio Ferreira de Santana, que matou o mestre Moa do Katendê com 13 facadas em 7 de outubro do ano passado, será julgado em júri popular com data ainda a ser marcada. O assassinato foi motivado por ódio político que dominou o país e foi cometido durante as eleições presidenciais. Além de mestre de capoeira, Moa era produtor cul-

tural, músico, compositor e educador.

O barbeiro é acusado pelo Ministério Público de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e impossibilidade de defesa da vítima. Ele também feriu o primo do mestre capoeirista, Germino do Amor Divino Pereira, de 51 anos, que tentou defender Moa do Katendê, e por isso vai é acusado de tentativa de homicídio duplamente qualificado.

### Gotađägua

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e

Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;

Responsabilidade: Diretoria Executiva;

Editor: José Sinval Soares;

Tiragem: 8.000 exemplares;

Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia

CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700

Email: sindae@sindae-ba.org.br

siga-nos:

f /sindaeba

/sindaeba





### **TOMENota**

#### **ECONOMIA PATINA**

Tido como eficiente balizador da situação econômica, o setor de serviços apresentou recuo de 0,4% em fevereiro, frente a janeiro, conforme divulgou na sexta (12) o IBGE. É a segunda recuada seguida este ano, que eliminou os efeitos da alta de 0,8% registrada em dezembro do ano passado. É mais um dado a destacar que a economia patina negativamente nesse início do governo Bolsonaro.

#### **INFLAÇÃO MAIOR**

Mais do que a queda no setor de serviços, registrada em fevereiro, a inflação de março, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 0,75%, sendo a maior taxa para esse mês desde 2015, quando chegou a 1,32%. Houve alta de preços em todos os grupos pesquisados. Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 4,58%, bem acima da estimativa do mercado para a taxa em 2019, de acordo com o último relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, de 3,90%.

#### **ENERGIA LIMPA**

A geração de energia eólica no Brasil já ultrapassou a capacidade instalada da hidrelétrica de Itaipu e hoje é a segunda colocada no ranking da matriz energética do país. No ano passado, os mais de 7 mil aerogeradores, espalhados por 601 parques eólicos, produziram 15 GW de energia, contra 14 GW de Itaipu, segunda maior hidrelétrica do mundo. Região estratégica pela quantidade de ventos, o Nordeste concentra 86% de toda a energia eólica produzida no país e a Bahia é um dos destaques nessa produção de energia limpa.

#### **SEM REMÉDIO**

Criado em 2004 para distribuir remédios básicos de forma gratuita e outros com até 90% de desconto, o programa Farmácia Popular está caindo pelas tabelas. Nos últimos dois anos sofreu corte de 27% em suas verbas e deixou de atender 7 milhões de pessoas de 2015 para cá. Dezenas de farmácias públicas foram fechadas nos últimos meses, assim como houve redução nos convênios com farmácias privadas.

#### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nesta segunda-feira (15) será realizada uma audiência pública, a partir das 09:30h, no auditório Jorge Calmon da Assembleia Legislativa da Bahia, com o tema "A reforma da previdência e os impactos na vida do povo", com a presença de Miguel Rosseto, ex-ministro do Trabalho e Previdência. A audiência está sendo promovida pela comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, em parceria com a comissão especial de Promoção da Igualdade, ambas da ALBA.